

Notas e informações

Nova política salarial

O Executivo está disposto a realizar profunda reforma na política salarial. Premido pela inflação e sofrendo as pressões do funcionalismo militar e das estatais, o governo já tomou a decisão política de permitir que, no setor privado da economia, os reajustes de salários sejam feitos mediante livre negociação. Ao decidir assim, o Executivo terá dado passo decisivo no sentido de repor a economia brasileira no bom caminho do mercado. É por isso, tendo em vista a magnitude da decisão e as consequências de sua implantação, que a providência anunciada deverá ser completa e una, rejeitando toda e qualquer tentativa de conciliar princípios com concessões.

O primeiro princípio de mercado (propositadamente grafamos de e não do) que deve ser respeitado é que o mercado é composto de atores desiguais. Reconhecê-lo não basta, no entanto; é preciso deixar claro que o estabelecimento dos critérios pelos quais se medirá a igualdade ou desigualdade dos trabalhadores e das empresas não poderá ser estabelecido em lei, burocraticamente, mas sim deferido aos que irão negociar. Não é necessário que a lei inscreva — como se lê em muitos textos legais hoje peremptórios — que a convenção coletiva poderá fixar níveis diversos para os aumentos ou reajustes salariais de empresas de diferentes portes, desde que haja justificativa de ordem econômica. Quem será o juiz dessa diferença, e quem decidirá que as justificativas são boas? Se for uma autoridade estatal, o princípio da livre negociação terá sido substituído pelo paternalismo, mal dos males no campo das relações do trabalho. Se forem as partes convenientes, não será necessário fixar tal em lei; elas sentem na carne as diferenças entre as empresas que compõem a categoria econômica.

Convém lembrar que são de Luís Antônio Medeiros as ponderações sobre as dificuldades que encontra, impostas pela legislação em vigor, em fazer acordos ou convenções coletivas no setor metalúrgico de São Paulo, quando tem de negociar com empresas do porte da Villares, ou algumas montadoras estabelecidas no município de São Paulo, e as centenas de pequenas e médias empresas metalúrgicas, que empregam a maioria dos trabalhadores do ramo. Se o presidente Sarney deseja imprimir às relações de trabalho caráter progressista, que dê à livre negociação seu sentido pleno e permita que o resultado delas seja decorrente da livre

disposição das partes. Que seja possível, por exemplo, aos metalúrgicos negociar quantos acordos julgarem necessários para abarcar a complexidade da categoria econômica.

É importante ver, por outro lado, que apenas a total liberdade de negociação permitirá aos trabalhadores tomarem consciência das coisas que são próprias do mundo da economia capitalista. Num mesmo setor, empresas do mesmo porte poderão ter situação econômica diversa por políticas mercadológicas distintas. Uma se voltou para o mercado externo, outra se concentrou no mercado interno. É possível que a primeira esteja em condições de dar aumentos salariais que inviabilizariam economicamente a segunda; no entanto, passada a fase aguda da crise, ela poderá ser levada, pela pressão sindical, a acompanhar a primeira. Esses matizes, fundamentais para a educação dos trabalhadores e de muitos empresários, só poderão ser apreendidos se a negociação for livre, totalmente livre.

Há muitas vantagens no sistema de livre negociação se de fato for adotado em sua inteireza. Em primeiro lugar, permitirá salvar a economia da crise que se avizinha, pois propiciará que se reconheça, na prática da negociação, a diversidade dos atores que compõem o mercado. Se, num primeiro momento, a livre negociação poderá levar os trabalhadores a ter decepções — pois a realidade econômica tomada em bloco poderá revelar-se distinta da que imaginam — num segundo estágio será a prática da discussão livre entre empregadores e empregados que facilitará a acomodação dos diferentes setores econômicos. Assim, aquelas empresas que têm melhores políticas de relações humanas, de custos e de venda, e que exibem melhores índices de produtividade, poderão conceder aumentos maiores, forçando as demais, pela concorrência, a atualizar sua gestão sob pena das sanções que o mercado aplica implacavelmente. Os trabalhadores terão também a possibilidade de ver que uma empresa pode estar em excelente situação econômica, mas financeira difícil, não podendo conceder os aumentos que as demais concorrentes têm condições de dar. Eles se educarão nessa porfia, pois serão obrigados a pensar não apenas no dia de hoje, mas no futuro, e serão levados a fazer a sábia distinção entre situação econômica e situação financeira.

Não se compreende, porém, se o governo quer que o mercado regule os salários,

que a lei em estudos na área econômica só autorize repasse de custos salariais aos preços se o que se convencionou nos acordos coletivos for autorizado pelo CIP. Ora, se a lei consagra absurdo tamanho, a livre negociação será mera ficção, na medida em que só se permitirá o repasse aos preços daquilo que o CIP considerar justo! Nesse caso, o melhor seria dar ao CIP, de uma vez, o poder de estabelecer a política salarial!!!

O mercado, a cujos princípios o governo parece dispor-se a ceder, não admite acomodações desse tipo. Tendo em vista os instrumentos de mercado de que o Executivo pode lançar mão para regular a oferta de bens — como por exemplo a política aduaneira, entre outros —, não se concebe que, no instante em que se abre a possibilidade de os salários serem fixados por livre negociação, o CIP ainda fixe preços a partir da noção do que é justo, ou correto.

Há de ver, por outro lado, que premido pelo vulto do déficit público, o Executivo exclui as empresas estatais dos benefícios da lei, estabelecendo que os acordos coletivos de trabalho na área da economia estatizada se façam dentro dos termos fixados pelo Cise. As autoridades fazendárias sentem, assim, o que significa ter uma economia em que o Estado se mete em tudo: ao mesmo tempo que liberam as negociações para o setor privado, contém-nas no setor público. A ira que isso provocará pode imaginar-se.

Seria essa a oportunidade de o Executivo denunciar aos trabalhadores das estatais que eles estão sendo vítimas do nacional-oligarquismo, que sempre quis que o Estado, ineficiente como sempre é em qualquer parte do mundo, tenha a gestão de parte substancial da economia brasileira. O presidente Sarney poderia valer-se da oportunidade para privatizar a economia mais depressa do que pretende — e teria o apoio dos trabalhadores que, saindo de empresas controladas pela União, gozariam de todos os benefícios da liberdade finalmente dada aos que labutam no setor privado...

A publicação do texto do projeto de lei permitirá, sem dúvida, comentários mais objetivos sobre o que o governo tem em vista. Sirvam essas observações, no entanto, de apoio à decisão política já adotada, e de alerta para os riscos de não se ir até o fim no caminho da solução liberal em matéria de política salarial.

Romper para valer é sair do governo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Não vai adiantar nada 80 parlamentares do PMDB — um pouco mais ou um pouco menos — divulgarem manifesto anunciando o rompimento com o governo Sarney. Brigar só no papel não terá nenhuma consequência. O partido só poderá tentar mostrar à opinião pública que se desvinculou do Planalto se não ficar ninguém no governo — de ministro ao mais modesto agente do Funrural no interior do Acre.

Para romper de verdade, o PMDB terá de conseguir dos seus milhares de filiados aquartelados em cargos de confiança, nos mais variados escalões, a prova formal do afastamento — o pedido de demissão. Os primeiros a fazer isso teriam de ser os ministros de Estado. Mas é justamente na Esplanada dos Ministérios que a indecisão começa. Nem todos os ministros filiados ao partido estão no governo por obra e graça do PMDB de Ulysses Guimarães. A maioria está onde está por decisão pessoal do presidente Sarney. Os ministros de Ulysses representam a minoria.

Em segundo lugar tem de ser levado na devida conta o apoio das bancadas do partido na Câmara e no Senado à proposta de rompimento com o governo. O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, não se mostra animado a assinar o documento sem respaldo da maioria da bancada. Como líder de todos os deputados do PMDB, e não apenas de uma facção, o representante gaúcho não quer precipitar-se, dando seu autógrafo na "declaração de guerra" ao governo. Antes, quer saber quantos são os ditos rebeldes. Se ficar com a minoria deixará de ser líder, está certo.

Já na bancada do Senado, o líder Fernando Henrique Cardoso não pensou duas vezes. Participou das primeiras reuniões para decidir o divórcio do PMDB com o Planalto, coordenadas pelo governador da Bahia, Waldir Pires, e os deputados Euclides Scalco e Antônio Britto e o senador Severo Gomes. Participou e logo avocou a si a tarefa de recolher assinaturas de apoio. Conseguiu mais de 20 na bancada de 42, até a do senador Mário Covas.

O presidente do partido, Ulysses Guimarães, só foi informado da proposta depois de redigido o documento e coletadas muitas assinaturas. Na Câmara foi diferente. Antes de iniciar a coleta dos autógrafos dos deputados peemedebistas, Euclides Scalco deu prévio conhecimento a Ulysses Guimarães. O presidente ficou muito preocupado, principalmente com a denominação dada ao movimento separatista — bloco independente.

Quem se declara independente deixa de ser dependente. Desde 15 de março de 1985 o PMDB é dependente do governo e o governo, bem

ou mal, dependente do PMDB. Sem a parcela chapa-branca do PMDB o presidente Sarney ficaria em minoria no Parlamento, dependendo do PFL, do PTB e dos fléis de outras legendas. É um risco muito grande, Sarney e Ulysses sabem bem disso e nunca alimentaram o rompimento de verdade.

Mário Covas, que pretendia esperar antes de assinar, acabou assinando — é uma das últimas assinaturas. O senador paulista tem visão diferente. Acha que o governo há muito rompeu com o PMDB. Houve quem assinasse mesmo considerando precipitada a iniciativa.

Ulysses Guimarães, preocupado, entende que o que possa tumultuar os já tumultuados trabalhos da Assembleia Constituinte não deve ser feito. Sua meta prioritária é promulgar a nova Constituição o mais rápido possível. Até agora estouraram todas as datas que ele previu. Não vai dar mais para 21 de abril. Nem 1º de maio. Difícil promulgar nos dias festivos de junho — Santo Antônio, São João, São Pedro. Há quem aposte no dia 4 de julho, independência dos Estados Unidos, ou 14 de julho, data nacional da França.

A incerteza na data da promulgação está precipitando o racha no PMDB. Mesmo assim Ulysses e Mário Covas preferem que o partido, antes, reúna-se em convenção nacional para redefinir seus rumos. A convenção nacional está marcada para junho. Na pauta, a renovação do Diretório Nacional e da Comissão Executiva Nacional. Pode acontecer, no entanto, o esperado e sempre adiado confronto entre moderados e autênticos, governistas e antigovernistas. Pode ser a hora da verdade do partido — definir e decidir seu relacionamento com o governo e com a sociedade.

Até que isto aconteça, o PMDB continuará sendo palco da incoerência. É o partido do governo e do governo e, simultaneamente, o partido contra o governo, mas sem deixar o governo. No Senado a contradição é mais chocante: pertencem ao PMDB o líder do governo, Saldanha Derzi, e o líder da oposição (informal), Fernando Henrique — que faz "dobradinha" na sua linha de atuação com o líder do PFL, Carlos Chiarelli — cujo partido também participa do governo Sarney.

Na Câmara o quadro é um pouco diferente. O líder do governo é do PMDB, Carlos Sant'Anna, que faz dobradinha na sua linha de atuação com o líder do PFL, José Lourenço. O líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro, é moderado nas críticas ao governo. Em compensação o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, há tempos se considera desvinculado do governo. Participando, complicando e arbitrando o jogo de xadrez aparece Ulysses Guimarães. Como sempre.

F.M.

O medo do golpe

Após a vitória espetacular e inesperada do Planalto na votação do sistema de governo e da duração dos mandatos presidenciais na Constituinte, por 344 a 212, não faltaram explicações a posteriori, muito fartas, mas também incapazes de justificar os erros de previsão cometidos a priori. Num país em transição para a democracia plena, saído de uma experiência de 20 anos sob a tutela de uma ditadura militar, é muito natural que surjam teorias fantasmagóricas a respeito do risco de uma intervenção militar, capaz de interromper o clima de liberdade política gozado no momento. E natural, mas não é desejável, porque, se há fantasmas — e os há —, não convém convocá-los.

Mais do que isso, é preciso analisar os acontecimentos com um mínimo de responsabilidade e de rigor. O que teria acontecido realmente no plenário da Constituinte, para explicar uma diferença de 132 votos, num colégio de 559 eleitores, se se esperava que qualquer dos vencedores não conseguia impor uma vantagem superior a 30 votos, fosse qual fosse o resultado? Que associação de fatores teria sido registrada para que aparecesse uma súbita leve de presidencialistas, capazes de esmagar, sob votação tão expressiva, as mais caras luses parlamentaristas? O medo do golpe militar pode ter sido um fator a contribuir

para o resultado final, é até possível. Mas daí a concluir que tal medo tenha sido decisivo na votação e que o golpe aconteceria inevitavelmente, se o resultado tivesse sido adverso às pretensões do governo, valia uma distância enorme. A verdade é que não havia uma convicção parlamentarista na massa de constituintes, mobilizada em torno de um acordo, quase viabilizado, de se conseguir um mandato de cinco anos para Sarney em troca da divisão de poderes com o Congresso. Se não havia tal convicção, nunca houve uma maioria parlamentarista, o que exigiria dos presidencialistas um esforço sobre-humano para superá-la. Um dos governadores mobilizados pelo Planalto para o Estado-Maior presidencialista na véspera da chamada superpercha chegou a confiar ao Estado que a falta de convicção parlamentarista da maioria foi, na verdade, a maior adesão que os vencedores terminaram por conquistar.

Além disso, houve uma série de circunstâncias favorecendo explicitamente a predominância da tese presidencialista no momento em que se aproximava a votação de terça-feira. A primeira e decisiva foi a mobilização dos governadores estaduais em favor da tese de Sarney. Com a decadência dos partidos e das lideranças formais, só restou à Constituinte uma forma celular de organização: as bancadas estaduais

com seus coordenadores, eleitos pelo voto direto. Não é segredo para ninguém a influência exercida sobre tais bancadas e coordenadores pelos governadores. Tal poder recebeu do calendário eleitoral um considerável reforço: as eleições municipais deste ano. Os deputados dependem de suas bases locais e certamente não querem ficar de mal com os governadores estaduais no justo momento em que, pela pressão natural do Poder Executivo, os governadores exercerão sua influência na composição das chapas dos diretores municipais que escolherão os candidatos de novembro vindouros.

Além da pressão indireta, pelas bases municipais, houve a pressão direta, propriamente fisiológica. Não foi à toa que, na euforia da vitória, o presidente da República tenha dedicado os melhores adjetivos de seu vocabulário ao ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, sob cujo comando o time oficial ganhou o campeonato da superpercha. Com seu estilo de mordê e soprar, um chicote na mão e a caneta que concede canais de rádio e TV na outra, Antônio Carlos deu uma verdadeira aula de como se pode usar o poder federal para fazer prevalecer as teses do governo no Parlamento. Seu adversário político e conterrâneo Prisco Viana, ministro da Habitação, que também nunca cedeu à tentação de negociar com os parlamentaristas, também

não poupou as possibilidades de usar a força do Poder Executivo para conseguir a vitória no Poder Legislativo. A eventualidade de um golpe militar parece assim ser apenas uma tentativa de esconder atrás de um bloco dos verdadeiros motivos da folgada margem da vitória presidencialista no plenário da Constituinte. É evidentemente muito mais nobre votar numa emenda tendo como justificativa a defesa da frágil democracia do que justificar o voto seja pela conversa hábil de um ministro de Estado, seja pela concessão pura e simples de favores. O noticiário na imprensa contando detalhes do golpe que viria é apenas uma cortina de fumaça.

Ao propalar a versão da eventualidade do golpe como instrumento legítimo de pressão, os constituintes que rejeitaram o parlamentarismo imitam a personagem daquela piada que rouba o leite, urina no portão e é presa por atentado ao pudor, como lembra um parlamentarista derrotado, mas ainda de posse de seu *sense of humour*. A democracia brasileira só se livrará definitivamente da síndrome do medo da intervenção militar no dia em que tratar todos os fatos como eles realmente são e em sua verdadeira dimensão. Ou seja, no dia em que o ladrão do leite for identificado como tal e punido na exata medida de seu crime.

"Mobilização total" na Universidade

Temos a intenção, conforme ficou dito em nosso editorial do último domingo a respeito do assunto, de examinar alguns aspectos do anteprojeto de reforma do Estatuto da USP, proposto à discussão do Conselho Universitário da Universidade. Mas antes de trazer à luz esses aspectos, que dizem respeito a dispositivos particulares, parece-nos mais relevante dedicar ainda um comentário ao texto, comentário que, é o fruto da impressão geral que nos deixa o trabalho encetado em hora imprópria, pois, como já tivemos também oportunidade de assinalar, muito mais razoável seria esperar, para a mudança do Estatuto, a fixação das novas diretrizes e bases da educação nacional que se irão elaborar após a promulgação da Constituição da "Nova República".

Deixando de parte, contudo, a impropriedade da hora, para nos firmarmos na impressão global causada pelo anteprojeto, diríamos que ele nos trouxe ao espírito uma expressão criada por Ernst Jünger, o profeta da "Democracia do Trabalho", entre as duas guerras mundiais: a *Mobilmachung*, isto é, a "mobilização total", espécie de "dinamismo participacionista" permanente. Jünger pensava na nação alemã, perplexa e indecisa, ainda em busca de seus próprios rumos, que se iriam revelar trágicos, trágica a que o pensamento de Jünger também esteve ligado. Assim, à primeira vista, desde que estamos falando de uma universidade, talvez a associação de idéias possa causar alguma estranheza. Mas que é, naturalmente no plano universitário, senão uma espécie de "mobilização total" (tão do agrado do pensamento nacional-socialista), essa espécie de convocação praticamente da totalidade dos docentes universitários, a fim de que possam ser preenchidos os lugares de tantos conselhos e comissões?

Tomemos um exemplo para ilustrar essa total mobilização participativa dos docentes — e com eles de parte dos alunos e funcionários — na grande obra em que a Universidade está ameaçada de converter-se. Comparemos, no caso dos órgãos da administração de cada unidade, o que estipula o Estatuto atual e o que diz o anteprojeto. Primeiro o texto em vigor: "Art. 38 — São órgãos de administração de cada unidade: I — Congregação; II — Diretoria. Parágrafo único — Além dos órgãos previstos neste artigo, poderá ser constituído, a juízo das Congregações, o Conselho Interdepartamental, com organização fixada no Regimento Geral". Agora o anteprojeto: "Art. 43 — São órgãos de administração de cada unidade: I — Congregação; II — Diretoria; III — Conselho Técnico Administrativo (CTA); IV — Comissão de Graduação (CG); V — Comissão de Pós-Graduação (CPG). Parágrafo único — As unidades poderão criar: a) Comissão de Extensão Universitária (CEU); b) Comissão de Pesquisa (CP); Comissão de Cultura (CC), ou fundi-las, entre si, ou com as comissões referidas nos incisos IV e V". Não se recomenda sequer que uma comissão, como a de Pós-Graduação, já existente hoje, faça as vezes das novas, mas, no máximo, que haja fusões entre comissões diversas, dando, naturalmente, maiores "oportunidades democráticas de participação", provavelmente, se possível, a todos os docentes da Universidade. "Que ninguém deixe de pertencer a alguma comissão, permanente ou extraordinária, em qualquer instante de sua vida na Universidade" — parece-nos ser o lema que, consentido ou inconscientemente, inspirou essa imensa e completamente desnecessária, para não dizer logo esterilizante e contra-producente, multiplicação de órgãos.

Se, no organograma universitário, subirmos das unidades para a administração central, verificaremos a reiteração do mesmo fenômeno. O Estatuto atual, no seu art. 12, estabelece que "são órgãos centrais da Universidade: I — Conselho Universitário; II — Conselho Técnico Administrativo; III — Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade; IV — Reitoria", sendo de notar-se que os Conselhos indicados nos itens II e III são meros desdobramentos do Conselho Universitário, para o exercício de tarefas específicas. No anteprojeto, segundo o art. 14, esses órgãos centrais são os seguintes: I — Conselho Universitário; II — Conselho Central; 3 — Conselho de Graduação; 2 — Conselho de Pós-Graduação; 3 — Conselho de Pesquisa; 4 — Conselho de Extensão Universitária; 5 — Conselho de Cultura. III — Reitoria; IV — Pró-Reitorias", estas em número de cinco. Note-se que os Conselhos de nº 1 a nº 4 passam a substituir as Câmaras hoje existentes e que são subdivisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade. E cada um dos novos Conselhos, que substituem as Câmaras (que eram compostas por membros do Conselho Universitário), tem uma ampla composição, tratando de envolver cada vez mais docentes com problemas que, em última instância, são de natureza burocrática e dos quais aqueles que têm verdadeira vocação universitária, isto é, vocação para o ensino e para a pesquisa, deveriam querer, com justificadas razões, livrar-se na maior medida possível.

Mas são tantos os chamados à "participação", a essa "mobilização total", de índole político-administrativa, que até parece, a considerar o anteprojeto, que a Universidade existe não para ensinar, pesquisar e prestar serviços à comunidade, mas

simplesmente para "administrar-se". Atendendo aos chamados à "participação" (o que, para os interessados na política e pouco devotados ao ensino e à pesquisa, será uma excelente desculpa para pôr de lado estes encargos aborrecidos), teremos docentes convertidos, em massa, em verdadeiros "políticos profissionais" da Universidade, sem que consigamos entrever com isso a mais leve sombra de qualquer benefício para a autêntica vida universitária. Muito pelo contrário.

Poder-se-á imaginar que estamos exagerando. Ora, se hoje, com muitíssimo menor número de órgãos oficiais existentes na Universidade já há uma tendência para a "mobilização participacionista total", com a criação de comissões informais para tratar de tudo e de nada, imagine-se então com a oficialização de todos os órgãos previstos (e dos que cada unidade irá inventar), às reuniões dos quais, evidentemente, os membros serão obrigados a comparecer. Fica-se imaginando quem irá ministrar o ensino aos alunos (e quando as aulas e os cursos irão ser preparados? Nas reuniões?), e quem irá realizar os trabalhos fundamentais de pesquisa, para não falar dos serviços que se devem prestar à comunidade. Em lugar da realização de cursos de extensão ou de especialização, por exemplo, acabaremos tendo comissões para "tratar do assunto".

Essa multiplicação de órgãos e comissões efetivamente nos preocupa, pois ela ameaça, ao menos potencialmente, deturpar o próprio significado da Universidade, substituindo nela, completamente, a *idêntica reguladora do saber pela ambição — ou pela ilusão — do poder*. É, certamente, em nome de alguma coisa que já não diz mais respeito à Universidade e à vida do espírito

Eleições municipais

Senadores e deputados, ao mesmo tempo em que discutem adiar ou não o pleito municipal de 88, prepararam-se para concorrer ao cargo de prefeito — capital e interior. Na previsão de Ulysses Guimarães mais de 150 parlamentares pensam trocar o Congresso pela prefeitura.

Nos municípios com mais de 200 mil eleitores, com a possibilidade de eleições em dois turnos, para o eleito alcançar a maioria absoluta, o primeiro turno seria realizado em 1º de outubro e o segundo em 15 de novembro. Para o presidente do PFL cearense, deputado Lúcio Alcântara, quem não se filiou a partido político até sexta-feira, 1º de abril, não poderá ser candidato nos municípios com mais de 200 mil eleitores. A lei determina filiação partidária até seis meses antes do pleito.

Mas sempre há a possibilidade de o Congresso mudar a lei, reduzindo de 12 para seis meses o prazo do domicílio eleitoral, exigência indispensável a qualquer candidato. Espera-se, também, mudanças para dar condições legais a futuros partidos lançarem seus candidatos, se realizado o pleito este ano.

Bloco

O PDS, pelas reações do presidente Jarbas Passarinho e do líder Amaral Neto, não se mostra nem um pouco animado em participar do bloco de transição democrática — de apoio ao governo. No PFL, o

presidente do partido, senador Marco Maciel, não está estimulando o exame do assunto. Na bancada, a tendência é o apoio circunstancial, caso a caso.

No PMDB, na previsão do próprio líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas, o governo poderá contar com a maioria da bancada — 150 numa bancada reduzida, até agora, de 304 para 278 parlamentares.

Sem espaço

Desde segunda-feira o senador Gérson Camata está pretendendo, anunciar, da tribuna, seu desligamento do PMDB — e o de sua mulher, a deputada Rita Camata. Na primeira vez, ocuparam a tribuna os deputados Fernando Lyra e Cristina Tavares. Na segunda vez, o senador conversou com o deputado alagoano José Costa, que lhe pediu para não sair. Momentos depois, José Costa discursava, apelando ao PMDB e surpreendendo Camata.

Perfil

Em entrevista a estudantes da Universidade de Brasília, disse o senador Mário Covas: "Pelo pouco que conheço o presidente Sarney, o método de governo não tem a sua marca. O governo tem a cara do ministro Antônio Carlos Magalhães".

O ESTADO DE S. PAULO

Diretor Responsável
JULIO DE MESQUITA NETO

Diretores
José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Moraes
Oliveiros S. Ferreira

SUCURSAS

ABC Rua Gen. Glicério, 717 — Santo André (SP) CEP 09015 Tel.: (DDD 011) 440-1404, 449-0988 Telex: 011-4069 BELLO HORIZONTE Av. Álvares Cabral, 1.162 CEP 30170 Tel.: (DDD 031) 275-2149, 275-1282, 275-2549 Telex: 031-1172 ASILIA SCS Edifício JK — 1º and. s/15 e 18 CEP 70306 Tel.: (DDD 061) 226-0505, 226-0545 Telex: 061-1004 CAMPINAS Rua Gen. Osório, 971-2º and. s/23 CEP 13013 Tel.: (DDD 019) 32-0266 Telex: 019-1015 CURITIBA Av. Silva Jardim, 1.928 CEP 80230 Tel.: (DDD 041) 244-1712, 244-4263, 243-5356 Telex: 041-5268 PORTO ALEGRE Rua Gen. Andrade Neves, 100-12º and. CEP 90010 Tel.: (DDD 051) 26-0978, 24-4213, 27-2080, 27-2458 Telex: 051-1103 RECIFE Rua Bispo Cardoso Ayres, 131 CEP 50050 Tel.: (DDD 081), 222-0101, 222-1492 Telex: 081-1268 RIO DE JANEIRO Rua da Quitanda, 3 — Gr. 801/805 e 901/905 CEP 20011 Tel.: (DDD 021) 232-8100 Telex: 021-23260 SALVADOR Travessa da Ajuda, 19º and. s/903 o 907 CEP 40020 Tel.: (DDD 071) 243-6305, 243-5505, 243-5070 Telex: 071-1206 SANTOS Av. Cons. Nébias, 607 CEP 11050 Tel.: (DDD 0132) 34-4655, 34-8141 Telex: 013-1143

Publicação da
S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 CEP 02598
São Paulo SP Caixa Postal 8005
CEP 01051-SP Tel. 856-2122 (PABX)
E Telegráfico: ESTADO Telex: 011-23311
Fac-símiles (011) 265-2297 — 265-6203

JULIO DE MESQUITA (1891-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1927-1968)
FRANCISCO MESQUITA (1927-1969)
Arrigó de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1875-1890)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Pitíno Barreto (1927-1938)